

DAS DEMANDAS SOCIAIS AOS INTERESSES POLÍTICOS: O KIT ANTI-HOMOFOBIA E AS CONTROVÉRSIAS ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE*

Valleria Araujo de Oliveira

valleria.a.oliveira@gmail.com

Universidade Federal de Goiás (UFG)

RESUMO

Este trabalho é o recorte de uma pesquisa cujo objetivo foi compreender a percepção de representantes políticos da bancada religiosa, pesquisadores (a) e representantes de movimentos LGBT com relação ao kit anti-homofobia, e analisar políticas educacionais que contemplassem as temáticas gênero e sexualidade. Diante desse estudo, descritivo-exploratório, somada a repercussão social atual, foi possível compreender em que medida os interesses políticos se sobrepõe as demandas sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Kit anti-homofobia; sexualidade; políticas públicas

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o recorte de uma monografia de especialização em Políticas Públicas, a qual teve como objetivo compreender em que medida os documentos educacionais abordam as questões de gênero e sexualidade, assim como compreender qual percepção de políticos da bancada religiosa, pesquisadores (as) e integrantes do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros) com relação ao Kit anti-homofobia², visando assim compreender em que medida os interesses políticos e as demandas sociais dialogam.

* O presente trabalho (não) contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² Material composto por um caderno informativo e formador, pôster, carta ao gestor da escola, seis boletins e seis vídeos.



O trabalho teve início após a finalização de outra pesquisa (2010) realizada na cidade de Goiânia-Goiás, o qual investigou em que medida as políticas educacionais auxiliavam os professores (as) de Educação Física em sua prática pedagógica no que tange a temática gênero e sexualidade, bem como verificar se esses professores (as) sabiam lidar com os preconceitos ocorridos nas aulas. Após constatar na pesquisa citada que 85% dos professores (as) de 24 escolas pública não sabiam lidar ou identificar tais preconceitos, assim como também não utilizavam os documentos educacionais para auxiliá-los, foi iniciado um trabalho que teve como objetivo desvendar os motivos pelos quais políticas educacionais de gênero e sexualidade não avançavam.

Assim, esta pesquisa de perspectiva descritivo-exploratória, realizou um estudo sistemático dos documentos: LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e o PNE (Plano Nacional de Educação), PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) e o Kit anti-homofobia; e entrevistas com dois políticos da bancada religiosa, dois professores/pesquisadores (as) da Universidade Federal de Goiás, bem como dois ativistas do movimento LGBT, da cidade de Goiânia-Goiás. As entrevistas foram realizadas em outubro de 2012 e autorizadas através do Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido. Ao me referir aos interlocutores (as) usarei pseudônimos.

Embora ocorrida no ano de 2012, esta pesquisa foi a retomada devida a recente discussão do kit anti-homofobia na campanha política do atual Presidente da República, cujo um dos deputados entrevistados é um dos maiores representantes da Bancada Religiosa Evangélica, apoiador de Jair Bolsonaro.

GÊNERO, SEXUALIDADE E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Para compreender qual perspectiva as políticas educacionais abordam as temáticas de gênero e sexualidade, bem como identificar as percepções dos atores (as) envolvidos com essas temáticas, a pesquisa se ateve à investigar como os conceitos eram compreendidos.

Para o interlocutor Antônio, gênero “no parlamento e nas políticas públicas de governo, independente o que signifique isso do ponto de vista acadêmico, significam apenas políticas relacionadas ao movimento homossexual” (Deputado Federal da bancada religiosa, 11/10/2012). As concepções, para os deputados da bancada religiosa entrevistados, são semelhantes e correspondem a uma percepção conservadora, heteronormativa, e que desrespeita a laicidade do país, bem como aos direitos humanos. Em contrapartida, tanto os representantes do movimento LGBT quanto os professores/pesquisadores (as) compreendem gênero como uma construção social e debatem o tema a partir das produções científicas.

Já os documentos analisados, que norteiam a educação e que tem como uma de suas funções contribuir para a efetivação dos direitos sociais, perpassam pelas temáticas de gênero e sexualidade de maneira muito tímida, sem assumir um posicionamento de combate à discriminação. Nos documentos não há proposições para com as problemáticas de gênero e sexualidades, pois apontam direitos, modificação do livro didático com relação ao gênero masculino, e algumas tentativas de pensar a temática, não assumindo um papel orientador que vise materializar e assegurar os direitos humanos.

KIT ANTI-HOMOFOBIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E DISPUTA DE PODER

A construção de uma política seja ela uma política de Estado³ e ou uma política de governo⁴ permeiam as demandas de uma sociedade cujo tem como objetivo alcançar a sociedade em sua totalidade, ou apenas a um grupo específico. Garantir os direitos sociais enquanto princípios básicos é dever do Estado, de modo que os direitos sociais apresentem-se como legitimador das garantias de condições à igualdade através do poder público por meio de políticas sociais.



³ Política de Estado - política permanente, com mais autonomia e poder constitucional.

⁴ Política de governo - política de planos sazonais, onde a política é subordinada às decisões do governo regente.



E foi neste viés que o kit anti-homofobia foi construído, isto é, para garantir a promoção do respeito à diversidade dentro das escolas. O kit, destinado a professores (as) e gestores (a) do Ensino Médio tinha como objetivo auxiliar a compreensão das problemáticas, contribuindo para a prevenção de preconceitos. Documento este extremamente necessário para as escolas, pois em pesquisa anterior – a qual impulsionou o presente trabalho – foi constatado que 85% dos professores (as) de 24 escolas públicas relataram não saber lidar e/ ou identificar preconceitos nas aulas.

Segundo José, ativista do movimento LGBT, a UNESCO realizou uma pesquisa em várias capitais retratando que *“dentro das escolas que é um lugar onde se ampliam o preconceito contra as orientações sexuais, bissexuais, homossexuais e as identidades de gênero, de travesti e transexuais, e na faixa etária dos 15 aos 23”*.

José completa dizendo que a UNESCO aponta que 44% dos alunos não gostariam de estudar com colegas gays e que os pais também não gostariam que os filhos tivessem professores homossexuais. Assim, o kit anti-homofobia, construído pelo Ministério de Educação do governo Dilma Rousseff em conjunto com associações que investigam essa temática, foi elaborado a partir de uma demanda social que tem como retrato a violência e a discriminação dos cidadãos quando a orientação sexual foge a heteronormatividade. Entretanto, o documento não completou o trâmite de uma política, sendo estagnado no planejamento e elaboração, não alcançando à implementação.

Achei que a presidente Dilma finalmente acertou, acho que ela não tomou atitude antes porque não tinha as informações. Era um programa que induzia, fomentava, estimulava os alunos a fazerem essa opção sexual, a ter uma nova orientação sexual e isso não é papel de governo nenhum. (Antônio – político da bancada religiosa, 11/10/2012).

Apontamento este desmedido e equivocado, pois a sexualidade é algo inerente a vida do ser humano, e o material do kit composto por vídeos, cartazes, etc., se fez presente frente desconstrução de estereótipos independente da orientação sexual de cada indivíduo, onde primasse pelo respeito e apressa a diferença.

Para a interlocutora Núbia, esses preconceitos estão relacionados à aparência, e aos estereótipos que marginalizam aqueles (as) que fogem da norma, pois meninos apanham na rua quando se aproximam da feminilidade *“quanto mais perto você se sente da feminilidade, mais o seu corpo transparece isso, com trejeitos, formas, adereços, e quanto mais ele sai do macho, mais ele apanha da sociedade* (Núbia – representante do movimento LGBT, 16/10/2012). Essa fala remete à Bourdieu (2002) quando afirma que é no corpo que se materializam as relações de poder.

Na escola, especialmente nas aulas de Educação Física, pode-se perceber a presença constante das temáticas de gênero e sexualidade – seja na disputa de espaços, força, poder, e na discriminação com relação aos elementos da cultura corporal que fogem da heteronormatividade. É de suma importância que as políticas públicas primem para o respeito as diferenças, e auxiliem as práticas educativas para a garantia da igualdade de direitos.

Embora as políticas, conceitualmente, sejam planejamentos e ações que visam materializar as demandas sociais, os interesses políticos têm sido prioridade na construção das políticas, pois sabe-se que os políticos da bancada conservadora não levam a ciência, a pesquisa e a realidade como um ponto fundante das políticas – pelo contrário, alimentam a ignorância e reproduzem preconceitos.

Me assusta porque um determinado órgão disse que o Brasil é um país homofóbico, como se fossem vítimas de violência em razão da homofobia, do preconceito e da discriminação, e eu fiz uns requerimentos como Deputado Federal indagando as autoridades se tinha elementos que comprovavam que esse assassinato, violência, a lesão corporal em relação a determinado homossexual foi em razão da homofobia, e teve um órgão de governo que me informou que não tinha nenhuma informação pra dizer se era por homofobia. (Antônio – político da bancada religiosa evangélica, 11/10/2012).



O que o Deputado esqueceu de mencionar na entrevista acima é que nos boletins de ocorrência não há a opção que sinalize a homofobia, ficando registrado apenas como agressão e assassinato. Deste modo, com relação ao veto do kit pela Presidenta Dilma, encontrei explicações distintas junto aos entrevistados (as). Para os parlamentares da bancada religiosa, Fernando e Antônio, o kit era uma material “*inadequado*”, “*um instrumento que financia a vida privada*”.

Vale lembrar que a segurança pública é um dever do estado e um direito de todos e todas, assim como o acesso à educação também é um direito de toda comunidade sem quaisquer distinção. Em contrapartida, para os representantes de movimento sociais José e Núbia, e professor/ pesquisadores (as) Gabriela e Paulo, os motivos são equivocados e permeiam questões de interesse político.

Segundo Judith Butler, “opor-se a políticas de combate ou à produção de material didático contra a homofobia significa defender a homofobia”. A autora aponta a necessidade de uma política que compreenda a homofobia como uma forma inaceitável de discriminação, ou seja, uma política que reconheça a relevância do combate ao preconceito e a violência. (Jornal “O Estado de S. Paulo”, 27 de outubro de 2012).

E é na escola, espaço esse de democracia, conhecimento, igualdade de oportunidades, e transformação social, que deve-se garantir a compreensão de que os preconceitos foram socialmente construídos, e que portanto, não são legítimos, tencionando em que medida as políticas públicas elaboradas para atender uma demanda social é inviabilizada pelas relações de interesses e poder.

FROM SOCIAL DEMANDS TO POLITICAL INTERESTS: ANTI-HOMOPHOBIA KIT AND DISPUTES ABOUT PUBLIC GENDER AND SEXUALITY POLICIES

ABSTRACT

This work is the cutting of a research whose objective was to understand the perception of political representatives of the religious group, researchers and representatives of LGBT movements regarding the anti-homophobia kit, and to analyze educational policies that contemplate the themes of gender and sexuality. Before this descriptive-exploratory study, added to the current social repercussion, it was possible to understand to what extent political interests overlap social demands.

KEYWORDS: *anti-homophobia kit; sexuality; public policy.*

DE LAS DEMANDAS SOCIALES A LOS INTERESES POLÍTICOS: EL KIT ANTI-HOMOFOBIA Y LAS CONTROVERSIAS ACERCA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÉNERO Y SEXUALIDAD

RESUMEN

Este trabajo es el recorte de una investigación cuyo objetivo fue comprender la percepción de representantes políticos de la bancada religiosa, investigadores y representantes de movimientos LGBT con relación al kit anti-homofobia, y analizar políticas educativas que contemplasen las temáticas género y sexualidad. Ante este estudio, descriptivo-exploratorio, sumada a la repercusión social actual, fue posible comprender en qué medida los intereses políticos se superponen a las demandas sociales.

PALABRAS CLAVES: *Kit anti-homofobia; la sexualidad; políticas pública.*



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acessado em: 03/08/2012.
- _____. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação – PNE*. Brasília: Inep, 2001.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MECSEF, 2001
- BUTLER, J. Entrevista com Judith Butler, filósofa americana. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.feminismo.org.br/livre/index.php?option=com_content&view=article&id=99994610:entrevista-com-judith-butler-filosofa-americana&catid=98:entrevista&Itemid=619. Acesso em: 28/10/2012.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2. ed. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

